



MINISTÉRIO DA ECONOMIA

Secretaria Especial do Tesouro e Orçamento

Conselho de Supervisão de Regime de Recuperação Fiscal

Conselho de Supervisão do Regime de Recuperação Fiscal do Estado do Rio de Janeiro

PARECER SEI Nº 673/2022/ME

Documento preparatório, nos termos do art. 7º, § 3º, da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação). Acesso restrito até a tomada de decisão (art. 20 do Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012).

Parecer do Conselho de Supervisão do Regime de Recuperação Fiscal do Estado do Rio de Janeiro, nos termos do art. 5º, §1º, inciso III, da Lei Complementar nº 159, de 19 de maio de 2017, com a redação dada pela Lei Complementar nº 178, de 13 de janeiro de 2021. Plano de Recuperação Fiscal do Estado do Rio de Janeiro.

Processo SEI nº 17944.101744/2021-26

I - DAS COMPETÊNCIAS DO CONSELHO DE SUPERVISÃO DO REGIME DE RECUPERAÇÃO FISCAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO PARA A HOMOLOGAÇÃO DO PLANO

1. O presente parecer do CSRRF-RJ compreende manifestação a respeito da observância pelo Estado do Rio de Janeiro do disposto nos incisos I e IV do artigo 7º-B da Lei Complementar nº 159/2017, observado o comando do artigo 5º, inciso III, da Lei Complementar nº 159/2017, e a regulamentação estabelecida no § 1º, inciso III, do art. 22 do Decreto 10.681, de 20 de abril de 2021:

Lei Complementar nº 159/2017

Art. 5º Após manifestação favorável do Ministro de Estado da Economia, ato do Presidente da República homologará o Plano e estabelecerá a vigência do Regime de Recuperação Fiscal.

§ 1º A manifestação de que trata o caput será acompanhada de pareceres:

...

III - do Conselho de Supervisão do Regime de Recuperação Fiscal, no tocante ao art. 7º-B.

.....
Art. 7º-B. Configura inadimplência com as obrigações do Plano: (Incluído pela Lei Complementar nº 178, de 2021)

I - o não envio das informações solicitadas pelo Conselho de Supervisão e pela Secretaria do Tesouro Nacional, no exercício de suas atribuições, nos prazos estabelecidos; (Incluído pela Lei Complementar nº 178, de 2021)

...

IV - a não observância do art. 8º, inclusive a aprovação de leis locais em desacordo com o referido artigo. (Incluído pela Lei Complementar nº 178,

de 2021)

Decreto 10.681/2021

Art. 22. O Plano de Recuperação Fiscal do Estado será apresentado à Secretaria do Tesouro Nacional da Secretaria Especial de Fazenda do Ministério da Economia, que o encaminhará à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e ao Conselho de Supervisão do Regime de Recuperação Fiscal.

§ 1º Os pareceres dos seguintes órgãos serão elaborados no prazo de quinze dias, contado da data do recebimento por cada órgão:

...

III - Conselho de Supervisão do Regime de Recuperação Fiscal, que avaliará a observância ao disposto nos [incisos I e IV do caput do art. 7º-B da Lei Complementar nº 159, de 2017](#).

2. Para realizar o seu mister o CSRRF-RJ adota o procedimento de monitoramento estabelecido no art. 30 do Decreto nº 10.681/2021, que, em essência, estabelece a seguinte sequência de ações:

- a) Solicitar informações ao estado signatário do Regime de Recuperação Fiscal, caso identificado um indício de descumprimento das obrigações previstas no art. 8º da Lei Complementar nº 159/2017;
- b) Caso a resposta do estado seja suficiente, prossegue-se para a etapa seguinte, senão reitera-se a solicitação de informações fixando novo prazo para a resposta;
- c) Representar ao estado signatário do Regime para adotar as providências para sanear a irregularidade observada, se for o caso;
- d) Emitir parecer conclusivo sobre a observância ou não pelo estado signatário do Regime de Recuperação Fiscal do disposto no art. 8º da Lei Complementar nº 159/2017.

II - DO RESULTADO DO MONITORAMENTO REALIZADO PELO CSRRF-RJ

3. Especificamente sobre o monitoramento realizado pelo CSRRF-RJ quanto à observância pelo Estado do Rio de Janeiro do disposto no art. 8º da Lei Complementar nº 159/2017, desde a sua adesão até a data de entrega do seu Plano de Recuperação Fiscal, o Conselho instaurou 38 (trinta e oito) processos para apuração de indícios de descumprimentos de vedações.

4. Desses processos, 15 (quinze) referem-se à reposição de cargos vagos ou à realização de concurso público para esse fim. Contudo, por força da publicação de medida liminar concedida nos autos da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 6.930, em trâmite no Supremo Tribunal Federal, no âmbito da qual autorizou a reposição de cargos vagos pelos entes federados que aderirem ao Regime de Recuperação Fiscal, o CSRRF-RJ deliberou por sobrestar os processos que tratam sobre a matéria, até a decisão de mérito pelo Pleno do STF, razão pela qual todos os processos referentes ao tema não serão considerados para fins de análise neste voto.

5. Assim, excluindo-se os processos sobrestados, bem como 11 (onze) processos concluídos pela regularidade, verifica-se que nos restantes, 10 (dez) estão em fase de identificação de indícios de irregularidade, 4 (quatro) em fase de representação, e 1 (um) concluído pela irregularidade consubstanciada no processo nº 12105.100709/2021-58, instaurado por ocasião da publicação da Lei Estadual nº 9.299, de 08 de junho de 2021, que traz alterações ao Plano de Cargos e Remuneração da Secretaria de Saúde do Estado do Rio de Janeiro e do Instituto de Assistência dos Servidores do Estado do Rio de Janeiro cujo impacto financeiro estimado consta do voto (SEI 21695226) anexo a este parecer.

III - ANÁLISE DO CONSELHO

6. Quanto ao atendimento do inciso I do artigo 7º-B e do artigo 7º-D, ambos da Lei Complementar nº 159/2017, o Conselho constatou, por unanimidade, que o Estado do Rio de Janeiro ficou adimplente no que concerne ao dever de prestação de informações.

7. Quanto ao atendimento do inciso IV do art. 7º B da Lei Complementar nº 159, de 2017, como resultado de deliberação baseada em argumentação disponível no voto do representante do TCU (21699498), no voto da representante do Estado do Rio de Janeiro (21699219) e no voto da representante do Ministério da Economia (21695226), todos anexos a este parecer, com base nas competências previstas no inciso III do § 1º do artigo 5º da Lei Complementar nº 159/2017, e no inciso III do § 1º do artigo 22 do Decreto Federal nº 10.681/2021, este Conselho de Supervisão do Regime de Recuperação Fiscal do Estado do Rio de Janeiro, manifesta-se, por decisão de maioria simples, de forma favorável à homologação do Plano de Recuperação Fiscal do Estado do Rio de Janeiro, todavia, com ressalva, uma vez que foi concluído pela irregularidade o processo nº 12105.100709/2021-58 que trata da implementação do Plano de Cargos e Remuneração da Secretaria de Saúde do Estado do Rio de Janeiro e do Instituto de Assistência dos Servidores do Estado do Rio de Janeiro.

1 CONCLUSÃO DO CONSELHO

8. Fundamentados no exposto, o Conselho de Supervisão do Regime de Recuperação Fiscal do Estado do Rio de Janeiro manifesta-se **favoravelmente, com ressalvas, à homologação do Plano de Recuperação Fiscal apresentado pelo Estado do Rio de Janeiro (SEI nº 21401453).**

2 RECOMENDAÇÃO

9. Encaminha-se essa manifestação à Secretaria Especial do Tesouro e Orçamento (SETO) para providências.

Brasília, 14 de janeiro de 2022.

DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE

SARAH TARSILA ARAÚJO ANDREOZZI

CONSELHEIRA

PAULO ROBERTO PINHEIRO DIAS PEREIRA

CONSELHEIRO

DANIELA MELO FARIA

CONSELHEIRA



Documento assinado eletronicamente por **Sarah Tarsila Araújo Andreozzi, Conselheiro(a)**, em 14/01/2022, às 23:11, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Daniela de Melo Faria, Conselheiro(a)**, em 14/01/2022, às 23:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Paulo Roberto Pinheiro Dias Pereira, Conselheiro(a)**, em 14/01/2022, às 23:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.economia.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **21704549** e o código CRC **41F66828**.

Referência: Processo nº 17944.101744/2021-26

SEI nº 21704549